

Relatório de Gestão Consolidado

RPPS - JOAQUIM PIRES - PI



Sumário

MENSAGEM DO DIRIGENTE	4
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	5
1.1 Identificação Da UPC:.....	5
1.2 Principais Normas Direcionadoras De Atuação:.....	5
1.3 Finalidade Institucional E Atuação Do RPPS	6
1.4 Estrutura Organizacional	6
1.5 Ambiente Externo	9
1.6 Controle Interno	9
2. PLANEJAMENTO.....	10
3. PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS AOS SEGURADOS	11
3.1 Servidores Vinculados Ao RPPS.....	11
3.1 Cobertura Aos Dependentes	11
3.2 Concessão De Aposentadoria	12
3.3 Concessão De Pensão Por Morte	13
3.4 Concessão De Certidões De Tempo De Contribuição – CTC.....	13
3.5 Cadeia De Valor.....	13
4. GOVERNANÇA, RISCO E RESULTADOS.....	14
4.1 Governança E Planejamento Da Gestão	14
4.2 Principais Desafios E Riscos Da Gestão Previdenciária	15
4.3 Principais Resultados Finalísticos Alcançados	15
4.4 Prova De Vida	16
5. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL.....	16
5.1 Situação Orçamentária	17
5.2 Situação Financeira	18
5.3 Situação Contábil E Patrimonial	18
5.4 Execução/Evolução Orçamentária E Contábil.....	19
5.5 Relação Entre A Situação Financeira E Os Resultados Da Gestão	20
5.7 Taxa De Administração Do RPPS	21
6. INVESTIMENTOS	22
6.1 Diretrizes Gerais E Conformidade Legal.....	22

6.2 Evolução Do Patrimônio E Composição Da Carteira.....	22
6.3 Rentabilidade Dos Investimentos	23
6.4 Desempenho Frente À Meta Atuarial	23
6.5 Enquadramento Dos Investimentos Por Categoria	24
6.6 Transparência Das Informações De Investimentos	25
7. COMPREV	25
8. REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA	26
9. CERTIFICAÇÃO DA GOVERNANÇA.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
APÊNDICES	30

MENSAGEM DO DIRIGENTE

Este relatório de gestão apresenta, de forma resumida, as ações desenvolvidas pelo Fundo de Previdência do Município de JOAQUIM PIRES-PI no ano de 2025, com a finalidade de fornecer informações a seu corpo gerencial, órgãos de controle, segurados, beneficiários e público em geral. Os dados indicam os resultados obtidos na gestão do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de JOAQUIM PIRES- PI, cujo trabalho foi orientado a ações que possam trazer maior satisfação aos segurados e beneficiários da previdência municipal.

Desde sua criação, no ano de 2013, o JOAQUIM PIRES PREV tem investido na modernização e no desenvolvimento de tecnologia da informação, bem como na qualificação dos seus gestores e servidores, na busca da disseminação da cultura previdenciária e na valorização da eficiência administrativa.

No exercício de 2025, o Fundo atendeu aproximadamente 388 segurados e beneficiários, assegurando a concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, com observância às normas legais e aos princípios da administração pública, primando pelo equilíbrio financeiro e atuarial do regime. Destacam-se, as ações voltadas ao aprimoramento da governança previdenciária, com a participação dos gestores e conselheiros em cursos destinados ao RPPS municipal, bem como a realização da prova de vida dos beneficiários, contribuindo para a atualização cadastral e a segurança no pagamento dos benefícios.

Os resultados apresentados neste Relatório demonstram os esforços empreendidos para garantir sustentabilidade, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários municipais.

Declaro, para os devidos fins, que as informações constantes neste Relatório de Gestão são fidedignas e refletem, com transparência e responsabilidade, a situação orçamentária, financeira, patrimonial e atuarial do RPPS no exercício de 2025, estando a gestão em conformidade com a legislação aplicável.

EURIVALDO SALES LEAL
Gerente de Previdência Municipal

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Identificação Da UPC:

A Unidade Apresentadora de Relatório de Gestão (UARG) Fundo Previdenciário do Município de Joaquim Pires-PI possui a seguinte Unidade Prestadora de Contas (UPC):

021200 - Fundo Previdenciário do Município de JOAQUIM PIRES

1.2 Principais Normas Direcionadoras De Atuação:

O Fundo Previdenciário do Município de Joaquim Pires – JOAQUIM PIRES PREV, regime especial, com personalidade jurídica de direito público, integrante da administração direta do município de Joaquim Pires, foi criado pela Lei Municipal nº 303, de 12 de novembro de 2013, para ser a gestora única do Regime Próprio de Previdência do município de Joaquim Pires - Piauí.

A atuação do Fundo é orientada pelas normas constitucionais, federais e municipais aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social, em destaque:

Esfera	Norma	Objeto
Federal	Constituição Federal (art. 40)	Disciplina os Regimes Próprios de Previdência Social
Federal	Lei nº 9.717/1998	Normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS
Federal	Emenda Constitucional nº 103/2019	Reforma da Previdência
Federal	Normas da Secretaria de Previdência	Regulamentação da gestão e supervisão dos RPPS
Municipal	Lei nº 303/2013	Criação do RPPS e da unidade gestora
Municipal	Lei Complementar nº 415/2020	Plano de custeio e reestruturação do regime
Municipal	Lei nº 442/2021	Previdência Complementar

A relação completa das normas municipais referentes ao regime previdenciário encontra-se registrada no Sistema de Gestão de Consultas e Normas – GESCON, mantido pelo Ministério da Previdência Social, disponível para consulta pública no endereço eletrônico:

<https://novogescon.previdencia.gov.br/gescon/>

Adicionalmente, a atuação do Fundo observa as instruções normativas, resoluções e decisões do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI, especialmente no que se refere à prestação de contas e à governança da gestão previdenciária.

1.3 Finalidade Institucional E Atuação Do RPPS

Missão

Assegurar aos servidores públicos do município e seus dependentes os benefícios que lhes sejam devidos, gerindo os recursos de forma a observar o caráter contributivo e o equilíbrio financeiro e atuarial.

Visão

Ser reconhecida no Estado pela excelência na prestação de serviços, tornando-se referência na gestão do Regime Próprio de Previdência dos municípios do Piauí.

Valores

Ética, Transparência, Inovação, Profissionalismo, Comprometimento, Celeridade, Efetividade, Respeito.

1.4 Estrutura Organizacional

1.4.1 Estrutura Administrativa

O JOAQUIM PIRES PREV é administrado por unidade gestora vinculada à administração direta do Município de Joaquim Pires-PI, responsável pela execução das atividades administrativas, previdenciárias, financeiras e de investimentos do RPPS.

1.4.2 Instâncias de Governança

A governança do RPPS é composta pelas seguintes instâncias:

- **Gestor de recursos;**
- **Gerente de Previdência;**
- **Assistente Administrativo e Financeiro;**
- **Conselho Deliberativo;**
- **Conselho Fiscal;**
- **Comitê de Investimento.**

Os responsáveis por cada instância são formalmente designados por atos do Poder Executivo Municipal, com atribuições e mandatos definidos em legislação específica, assegurando a segregação de funções e o controle da gestão previdenciária.

1.4.3 Administração

GOVERNANÇA DO JOAQUIM PIRES PREV	
GERENTE	
EURIVALDO SALES LEAL	PORTARIA Nº 012/2021
ASSISTENTE	
ALDA MARIA GOMES DE SOUSA	PORTARIA Nº 152/2025
GESTOR DE RECURSOS	
EURIVALDO SALES LEAL	PORTARIA Nº 210/2019

1.4.4 Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO é o órgão de deliberação superior do Fundo de Previdência e é composto por 6 (seis) conselheiros titulares e 6 (seis) conselheiros suplentes (Art. 1º, II da Portaria municipal nº 070 de 03 de junho de 2024).

MEMBROS TITULARES
ALDA MARIA GOMES DE SOUSA
MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS GOMES
JUCIANNE DE ALBUQUERQUE FORTES
ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA COSTA
IRANILDO PIRES SAMPAIO VALE
GERSON DE OLIVEIRA NASCIMENTO
MEMBROS SUPLENTES
IRONETE OLIVEIRA FERREIRA
FRANCISCO MARQUES GOMES DE BRITO
ADRIELE CANDEIRA DA SILVA
MARIA PEREIRA DOS SANTOS GUILHERME
DOMINGOS BATISTA DE LIMA
FRANCINEIDE SOARES RAMOS

1.4.5 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de fiscalização independente, cujo objetivo é examinar, acompanhar e fiscalizar a administração RPPS, composto por 3 (três) conselheiros titulares e 2 (dois) conselheiros suplentes. (Art. 1º, I da Portaria municipal nº 070 de 03 de junho de 2024).

MEMBROS TITULARES
RENATA MENEZES DE OLIVEIRA
JOAO CARVALHO SILVA
SUELANIA LOPES DA SILVA
ROMERO RODRIGUES VASCONCELOS
MEMBROS SUPLENTE
FRANCISCO DE CARVALHO
RIVELINO DOS SANTOS VALE
MANOEL DE MELO SANTOS
JOSE MARIO LUSTOSA DE OLIVEIRA

1.4.6 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos, órgão auxiliar de caráter consultivo, tem por objetivo assessorar, em caráter consultivo, a Diretoria Executiva nas decisões relacionadas à gestão dos ativos financeiros do Fundo, observadas a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos a serem realizados, de acordo com a legislação e a Política de Investimentos vigentes. É composto por 3 (três) membros. (Art. 1º da Portaria nº 44 de 08 de maio de 2023).

MEMBROS TITULARES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
EURIVALDO SALES LEAL
REGIS MACHADO CASTELO BRANCO
JUCYANNE DE ALBUQUERQUE FORTES

1.5 Ambiente Externo

O Fundo de Previdência do Município de Joaquim Pires – JOAQUIM PIRES PREV, utiliza os seguintes canais de relacionamento com os segurados, requerentes e procuradores:

- E-mail: joaquimpresprev@gmail.com para encaminhamento de documentos para abertura de processos e envio de documentação complementar.

A atuação do JOAQUIM PIRES PREV está inserida em um ambiente externo influenciado por fatores econômicos, financeiros e normativos, tais como a arrecadação de contribuições previdenciárias, as transferências do ente federativo, as condições do mercado financeiro e as alterações na legislação previdenciária.

Esses fatores impactam diretamente a gestão dos recursos e o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, exigindo acompanhamento permanente e adoção de práticas de gestão responsáveis e alinhadas às normas vigentes.

1.6 Controle Interno

O controle interno constitui um instrumento estratégico de governança, voltado ao fortalecimento da gestão administrativa do regime previdenciário. Sua atuação busca estruturar e padronizar processos, ampliar a segurança operacional e oferecer suporte qualificado à tomada de decisões, contribuindo para a identificação preventiva de falhas, a correção de inconsistências e o aprimoramento contínuo das rotinas internas.

A condução dessas atividades ocorre de forma centralizada, por meio de assessoria técnica externa especializada, responsável pela coordenação, acompanhamento e monitoramento dos procedimentos contábeis e jurídicos. Esse trabalho é realizado em articulação permanente com a unidade gestora e com os conselhos, garantindo alinhamento institucional.

A execução operacional das rotinas é desempenhada pela Futuroprev LTDA, que atua de maneira integrada ao regime, promovendo uniformidade nos controles, continuidade das ações e maior eficiência na gestão dos processos.

1.6.1 Controle Interno Contábil

O controle interno contábil é conduzido por assessoria externa especializada, com atuação integrada nas áreas contábil, previdenciária, folha de pagamento e investimentos. Seu propósito é assegurar a fidedignidade das informações, o adequado gerenciamento dos recursos e a transparência na administração do regime.

Entre as atividades desenvolvidas estão a escrituração contábil, a elaboração e o envio de demonstrativos obrigatórios, o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, o controle dos repasses previdenciários e a atualização dos sistemas oficiais. Para garantir maior segurança e conformidade, são aplicados procedimentos preventivos e de conferência, como conciliações bancárias mensais, revisões técnicas, utilização de checklists operacionais e monitoramento permanente de prazos e dados.

O processo é reforçado por meio da emissão de relatórios periódicos e da utilização de indicadores de desempenho, que avaliam a tempestividade das obrigações, a consistência das informações prestadas e a rentabilidade dos investimentos, fornecendo subsídios à gestão e atendendo às exigências dos órgãos de controle.

1.6.2 Controle Interno Jurídico

O controle interno jurídico é desempenhado por assessoria externa especializada, com a finalidade de conferir maior segurança e conformidade aos atos administrativos de natureza previdenciária. Sua atuação está voltada à análise técnica e ao acompanhamento sistemático dos processos, fortalecendo a regularidade e a legalidade das decisões adotadas.

Entre as atribuições desenvolvidas estão a avaliação dos processos de concessão de benefícios, revisões e demais demandas jurídicas, sempre com a aplicação de mecanismos preventivos, como a padronização de procedimentos, o controle rigoroso de prazos e a verificação documental. Também são realizadas revisões técnicas, atendimento a diligências e orientações específicas para saneamento de inconsistências eventualmente identificadas.

Além disso, o controle jurídico contempla o monitoramento do fluxo processual, a emissão de pareceres técnicos e a interlocução contínua com a unidade gestora, contribuindo para a mitigação de riscos legais e para a adequada formalização dos atos administrativos.

2. PLANEJAMENTO

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população.

As ações desenvolvidas pelo Fundo de Previdência do Município de Joaquim Pires-PI no exercício de 2025 encontram-se vinculadas ao Programa nº 0005 – Administração

do Serviço Público, previsto no Plano Plurianual (PPA) vigente do Município, Lei nº 443 de 15 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 28 de dezembro de 2021.

O referido programa tem como objetivo assegurar o funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social, garantindo a concessão e a manutenção dos benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais e seus dependentes, bem como a sustentabilidade financeira e atuarial do regime.

Ressalta-se que o PPA vigente apresenta caráter estratégico e programático, não contemplando metas físicas detalhadas ou indicadores específicos de desempenho para o RPPS. Dessa forma, a atuação da unidade previdenciária no exercício observou as diretrizes gerais do programa, mantendo-se alinhada aos objetivos institucionais definidos no planejamento plurianual do Município.

3. PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS AOS SEGURADOS

3.1 Servidores Vinculados Ao RPPS

No exercício de 2025, o Fundo de Previdência do Município de Joaquim Pires-PI, manteve a regularidade da prestação dos serviços previdenciários, assegurando a proteção social aos servidores públicos municipais e seus dependentes. No período, foram concedidos 07 (sete) novos benefícios de aposentadoria e 02 (dois) novos benefícios de pensões, além da manutenção e do reajuste dos benefícios já existentes.

Massa de Segurados	
Categoria	Quantidade
Segurados ativos	328
Aposentados	40
Pensionistas	12

3.1 Cobertura Aos Dependentes

Estes benefícios encontram-se parametrizados no artigo 40 da Constituição Federal.

Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória

Caracterizam-se atuarialmente por uma renda vitalícia diferida à qual terá direito o participante caso atinja os critérios mínimos de concessão de um dos tipos de aposentadoria.

Aposentadoria por Invalidez

Define-se como uma renda atuarial vitalícia concedida ao servidor vinculado ao RPPS caso perca sua capacidade laboral.

Pensão por Morte

Renda atuarial vitalícia ou temporária concedida ao dependente em caso de morte do servidor.

3.2 Concessão De Aposentadoria

No Poder Executivo Municipal, os processos de concessão de aposentadoria são atuados virtualmente no órgão/entidade de origem do segurado, responsável pela instrução com os documentos pessoais e funcionais constantes no prontuário do servidor, incluindo eventuais averbações de outros regimes ou afastamentos. No caso de aposentadoria voluntária é o servidor quem formaliza o pedido, enquanto na aposentadoria por incapacidade permanente ou compulsória é o próprio órgão, eis que se referem a modalidades de inativação involuntária.

Na etapa seguinte, o processo passa pela Secretaria da Administração, responsável pela emissão de Mapa de Tempo de Serviço. Com o mapa emitido, o processo chega ao Fundo Previdenciário, que procede à análise do preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício previdenciário, podendo haver, em alguns casos, necessidade de documentação complementar.

Após concluída a instrução e análise, o processo segue para emissão de parecer jurídico prévio à concessão e logo em seguida para a emissão do ato.

É de competência da Unidade Gestora do RPPS a expedição de portaria concedendo aposentadoria aos servidores vinculados ao RPPS, sendo de competência do Tribunal de Contas Estadual o ato de homologação.

A solicitação de aposentadoria tramita, desde a origem, nos sistemas de protocolo internos da Unidade Gestora. Após a emissão do ato e implantação em folha de pagamento, o processo concessório é encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI, para fins de controle de legalidade e registro, em virtude do disposto nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Resolução nº 2.782, de 17 de outubro de 1996.

3.3 Concessão De Pensão Por Morte

Os processos de concessão de pensão por morte iniciam na Unidade Gestora do RPPS, a partir de solicitação assinada pelo requerente, que deverá apresentar documentos que embasam o pedido, incluindo documentos funcionais do segurado, previamente solicitados em seu órgão de origem, e documentos que demonstrem a condição de dependente previdenciário.

Após completar a instrução e realizar a análise do preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício previdenciário, o processo segue para a emissão de parecer jurídico prévio à concessão e logo em seguida para a emissão do ato.

É de competência da Unidade Gestora do RPPS a expedição de portaria concedendo pensão oriunda de todos os órgãos municipais vinculados ao RPPS. Após a emissão do ato e implantação em folha de pagamento, o processo concessório é encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI, para fins de controle de legalidade e registro, em virtude do disposto nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Resolução nº 2.782, de 17 de outubro de 1996.

3.4 Concessão De Certidões De Tempo De Contribuição – CTC

A Certidão de Tempo de Contribuição - CTC tem como finalidade certificar ao ex-servidor o tempo de contribuição, decorrente de vínculo de trabalho prestado ao Regime Próprio de Previdência Social, a fim de ser averbado no Regime Geral de Previdência Social - RGPS ou em outro Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, desde que o período não tenha sido utilizado para a concessão de aposentadoria.

É de competência da Unidade Gestora do RPPS a expedição de CTCs de ex-segurados do regime próprio, sendo o processo de solicitação de CTC instruído e formalizado no próprio Fundo, a partir de solicitação assinada pelo requerente, que deverá apresentar documentos que embasam o pedido.

3.5 Cadeia De Valor

A cadeia de valor apresentada na figura a seguir demonstra, de forma sintética, os principais processos de trabalho do Fundo.



4. GOVERNANÇA, RISCO E RESULTADOS

4.1 Governança E Planejamento Da Gestão

O JOAQUIM PIRES PREV planeja o cumprimento de sua missão anualmente, avaliando os resultados da execução dos Planos de Trabalho do exercício anterior e fazendo os planejamentos para cada exercício, em busca do cumprimento da missão institucional, definindo os objetivos estratégicos, por meio de reuniões com toda a equipe técnica envolvida nos processos estratégicos, no início de cada exercício.

A gestão do Fundo foi orientada, no exercício de 2025, por objetivos estratégicos voltados à garantia da proteção previdenciária dos segurados, destacando-se:

- atendimento eficiente aos segurados;
- concessão e manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão;
- capacitação e certificação dos gestores, conselheiros e servidores;
- pagamento regular dos benefícios previdenciários;
- gestão efetiva dos recursos da unidade gestora do RPPS.

Esses objetivos orientaram as ações administrativas, financeiras e previdenciárias do Fundo, em alinhamento com sua missão institucional.

4.2 Principais Desafios E Riscos Da Gestão Previdenciária

No exercício de 2025, a gestão do JOAQUIM PIRES PREV enfrentou e permanece sujeita a desafios e riscos inerentes à administração de um Regime Próprio de Previdência Social, dentre os quais se destacam:

- a dependência do equilíbrio financeiro e atuarial de longo prazo do regime;
- a necessidade de regularidade e pontualidade dos repasses previdenciários por parte do ente federativo;
- as constantes alterações na legislação previdenciária e normativa aplicável aos RPPS;
- as oscilações do mercado financeiro, que podem impactar a rentabilidade dos investimentos previdenciários;
- limitações estruturais e operacionais comuns à gestão previdenciária em âmbito municipal.

O principal risco estrutural do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Joaquim Pires/PI está relacionado ao equilíbrio financeiro e atuarial de longo prazo, impactado pelo crescimento do número de benefícios concedidos e pelos reajustes anuais dos benefícios previdenciários.

4.3 Principais Resultados Finalísticos Alcançados

Verifica-se nos itens abaixo, que o JOAQUIM PIRES PREV vem otimizando o bom funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do município de Joaquim Pires-PI, onde todos os benefícios são garantidos e pagos, dentro do mês de competência em função das boas práticas financeiras e atuariais seguidas, visando à constante busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial, que são dois patamares importantíssimos para a boa saúde do RPPS:

- Implantação do atendimento previdenciário.
- Melhoria no atendimento previdenciário;
- Atualização da base de dados dos beneficiários com informações pessoais, funcionais e de seus dependentes;
- Constituição de uma base de dados física e digital dos beneficiários;
- Treinamento das equipes do órgão do Regime Próprio de Previdência;

- Certificação dos diretores e conselheiros.

Ao final do exercício, o Regime Próprio de Previdência Social do Município contava com segurados ativos, aposentados e pensionistas regularmente vinculados ao regime, garantindo o atendimento às demandas previdenciárias e a continuidade do pagamento dos benefícios concedidos.

No período, foram concedidos 09 (nove) novos benefícios, além da manutenção e do reajuste dos benefícios já existentes, que totalizam 40 aposentados e 12 pensionistas, observando-se a legislação previdenciária vigente.

ANO	APOSENTADORIAS	PENSÕES	TOTAL
2025	07	02	09

4.4 Prova De Vida

A prova de vida encontra-se prevista no planejamento da unidade gestora como medida de fortalecimento do controle cadastral e do aprimoramento da gestão previdenciária.

No exercício de 2025, a prova de vida foi regulamentada por meio do Decreto Municipal nº 019, de 7 de maio de 2025, sendo realizada no período de 19/05/2025 a 18/07/2025. A medida teve como principal objetivo a verificação da condição de vida dos servidores e beneficiários, a fim de evitar a ocorrência de pagamentos indevidos, bem como garantir a regularidade e a correta destinação dos recursos previdenciários.

Além disso, a realização da prova de vida contribui para a atualização cadastral, o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e a sustentabilidade do regime previdenciário municipal.

5. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

Esta seção apresenta um resumo da situação orçamentária, financeira e contábil do Fundo Previdenciário do Município de Joaquim Pires-PI – JOAQUIM PIRES PREV no exercício de 2025, com comparação em relação ao exercício anterior, de forma a contextualizar os resultados de gestão apresentados na seção precedente.

Descrição	Valor (R\$)
Orçamento Previsto (LOA 2025)	5.152.500,00
Receita Realizada	9.195.464,14
Despesa Executada	3.685.911,28
Resultado Orçamentário	Superavitário



5.1 Situação Orçamentária

A execução orçamentária do Fundo Previdenciário do Município de Joaquim Pires-PI, no exercício de 2025, foi orientada pela Lei Orçamentária Anual – LOA, aprovada pela **Lei Municipal nº 500, de 03 de dezembro de 2024**, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 12 de dezembro de 2024.

A LOA fixou dotação orçamentária específica para o Fundo Previdenciário no valor de R\$ 5.152.500,00, destinada à manutenção administrativa da unidade gestora e ao pagamento de benefícios previdenciários.

No referido exercício, a despesa executada totalizou R\$ 3.685.911,28, evidenciando execução compatível com o planejamento orçamentário aprovado.

Quanto à receita realizada, o Fundo Previdenciário arrecadou o montante de R\$ 9.195.464,14, composto, principalmente, por contribuições previdenciárias e demais ingressos legalmente vinculados ao RPPS, garantindo suporte financeiro para a execução das ações previdenciárias no período.

A execução orçamentária, financeira e contábil do JOAQUIM PIRES PREV utiliza recursos vinculados ao RPPS (Fonte 800) para as despesas com a Folha de Pessoal e recursos oriundos dos Repasses da Taxa de Administração do RPPS (Fonte 802), para as demais despesas, relacionadas à manutenção do funcionamento e organização do Fundo.

ORÇAMENTO – POR FONTES DE RECURSOS	
DOTAÇÃO ATUALIZADA	2025
FONTE 800	R\$ 4.550.000,00
FONTE 802	R\$ 602.500,00

5.2 Situação Financeira

Quadro-Resumo – Situação Financeira (2025)

Descrição	Valor (R\$)
Receita Orçamentária	9.195.464,14
Recebimentos Extraorçamentários	547.821,74
Saldo Inicial do Exercício	28.332.026,45
Total de Ingressos	38.075.312,33
Despesa Orçamentária	3.685.911,28
Pagamentos Extraorçamentários	520.714,79
Saldo para 2026	33.868.686,26

O exercício foi encerrado com saldo financeiro para o exercício seguinte no montante de R\$ 33.868.686,26, integralmente aplicado em contas vinculadas ao RPPS, principalmente em aplicações financeiras no segmento de renda fixa.

Observa-se evolução positiva do saldo financeiro em comparação ao exercício anterior, demonstrando capacidade de manutenção do fluxo de pagamentos e formação de reservas financeiras.

O Balanço Financeiro, bem como os demais demonstrativos contábeis exigidos pela legislação, está disponível no Apêndice deste Relatório.

5.3 Situação Contábil E Patrimonial

De acordo com o Balanço Patrimonial de 31/12/2025, o Fundo apresentou predominância de ativos financeiros aplicados e registro integral das obrigações atuariais de longo prazo.

Quadro-Resumo – Situação Patrimonial (31/12/2025)

Descrição	Valor (R\$)
Ativo Total	33.884.961,80
Passivo Circulante	39.430,41
Passivo Não Circulante	158.547.758,87
Passivo Total	158.587.189,28
Patrimônio Líquido	-124.702.227,48

O ativo é composto majoritariamente por aplicações financeiras vinculadas ao RPPS (R\$ 33.813.151,59), evidenciando que os recursos do regime permanecem aplicados conforme a legislação vigente.

O patrimônio líquido negativo decorre essencialmente do registro Provisões Matemáticas Previdenciárias de Longo Prazo (R\$ 111.314.484,21), conforme normas aplicáveis aos RPPS, não representando insuficiência imediata de caixa, mas obrigação atuarial de longo prazo.

A situação patrimonial demonstra que o principal impacto decorre das provisões atuariais de longo prazo, as quais são objeto de acompanhamento técnico por meio de avaliação atuarial anual e plano de amortização específico.

O Balanço Patrimonial completo, bem como os demais demonstrativos contábeis exigidos pela legislação, está disponível no Apêndice deste Relatório.

5.4 Execução/Evolução Orçamentária E Contábil

Evolução das Receitas

RECEITAS	2024	2025
Contribuição do Segurado ao RPPS	1.946.212,50	1.863.214,16
Contribuições Patronais ao RPPS	3.535.227,81	3.165.012,68
Parcelamentos	0,00	0,00
Remuneração Investimentos RPPS	2.063.297,96	3.929.108,81
Compensação Financeira Entre RGPS X RPPS – COMPREV	190.452,89	238.128,49
TOTAL DA ARRECAÇÃO	7.735.191,16	9.195.464,14

Fonte: Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária

Observa-se que a arrecadação total do RPPS evoluiu de R\$ 7.735.191,16 para R\$ 9.195.464,14, representando crescimento relevante no período analisado.

Destaca-se o aumento expressivo na remuneração dos investimentos, que passou de R\$ 2.063.297,96 para R\$ 3.929.108,81, demonstrando impacto positivo da rentabilidade da carteira no resultado financeiro do exercício.

As contribuições previdenciárias (segurado e patronal) mantiveram-se como principal fonte de custeio do regime, ainda que com leve redução nominal, enquanto não houve arrecadação proveniente de parcelamentos no período.

O desempenho da receita evidencia fortalecimento financeiro do RPPS, com maior dependência da performance dos investimentos e manutenção da regularidade contributiva como base de sustentação do regime.

Evolução da Despesa

DESPESA	2024	2025
Pessoal e Encargos Sociais	96.978,60	116.152,22
Aposentadorias e Reformas	1.915.353,44	2.827.170,52
Pensões	359.939,75	449.798,77
Outras Despesas Correntes	228.630,17	292.789,77
TOTAL GERAL	2.600.901,96	3.685.911,28

Fonte: Demonstrativo das Despesas

A despesa total do RPPS evoluiu de R\$ 2.600.901,96 para R\$ 3.685.911,28, refletindo crescimento das obrigações previdenciárias no período.

O principal impacto ocorreu nas despesas com Aposentadorias e Reformas, que passaram de R\$ 1.915.353,44 para R\$ 2.827.170,52, evidenciando ampliação da folha de benefícios. Também se observa aumento nas despesas com pensões e outras despesas correntes, compatível com a expansão das obrigações do regime.

As despesas administrativas (Pessoal e Encargos Sociais) apresentaram variação moderada, mantendo-se em patamar proporcional à estrutura da unidade gestora.

O crescimento da despesa decorre, principalmente, da ampliação do pagamento de benefícios previdenciários, característica natural de regimes em fase de maturação, exigindo acompanhamento permanente do equilíbrio financeiro e atuarial.

5.5 Relação Entre A Situação Financeira E Os Resultados Da Gestão

O crescimento da arrecadação, especialmente decorrente da rentabilidade dos investimentos, superou a expansão das despesas previdenciárias no exercício, contribuindo para o aumento do saldo financeiro do RPPS.

Apesar da elevação significativa das despesas com benefícios, o resultado demonstra que a gestão manteve equilíbrio financeiro no curto prazo, com formação de reservas suficientes para cobertura das obrigações futuras, condicionadas ao acompanhamento atuarial permanente.

5.7 Taxa De Administração Do RPPS

A taxa de administração é destinada à manutenção do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Joaquim Pires, a qual será de 3.6% percentuais do valor total do salário de contribuição dos servidores efetivos no ano anterior conforme determina o art 1º da Lei Municipal nº 459/2022.

Conforme base de cálculo a seguir, segue percentual referente aos repasses efetuados pela UPC para execução das despesas administrativas necessárias à manutenção do Fundo.

CÁLCULO PARA O ANO DE 2025	
SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO ATIVOS (TOTAL 2024)	R\$ 13.389.133,15
ALÍQUOTA (LIMITE LEGAL)	3,60%
VALOR (LIMITE LEGAL)	R\$ 482.008,79
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 408.872,99
PORCENTAGEM TOTAL UTILIZADA	84.83 %

As despesas administrativas efetivamente realizadas no período totalizaram R\$ 408.872,99, permanecendo abaixo do limite legal autorizado, evidenciando a observância dos princípios da legalidade, da economicidade e da responsabilidade na gestão dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social.

A execução orçamentária, financeira e contábil do JOAQUIM PIRES PREV utiliza recursos vinculados ao RPPS (Fonte 800) para as despesas com a Folha de Pessoal e recursos oriundos dos Repasses da Taxa de Administração do RPPS (Fonte 802), para as demais despesas, relacionadas à manutenção do funcionamento e organização do Fundo.

Conforme registro contábil das despesas correntes e de investimento executadas com recursos da taxa de administração do RPPS (Fonte 802), oriundos do Fundo, segue detalhamento da execução das despesas:

Execução recursos da Taxa de Administração do RPPS (fonte 802)		
DESPESAS	EXECUTADO 2024	EXECUTADO 2025
Folha comissionados	R\$ 96.978,60	R\$ 116.152,22
Diárias	R\$ 10.277,20	R\$ 18.862,44
Serviços de consultoria	R\$ 192.000,00	R\$ 205.200,00
Serviços de PJ	R\$ 25.512,97	R\$ 55.174,33

Material Consumo/Permanente	R\$ 840,00	R\$ 13.553,00
Total	R\$ 325.608,77	R\$ 408.941,99

Observa-se aumento das despesas, especialmente com serviços de pessoa jurídica e diárias, em razão da participação de gestores e conselheiros em cursos, capacitações e processos de certificação, incluindo eventos promovidos pela APEPREV e outras instituições voltadas ao aprimoramento da gestão previdenciária.

Mesmo com a ampliação das ações de qualificação, a execução permaneceu dentro do limite legal da Taxa de Administração, correspondendo a aproximadamente 84.83% do limite permitido, demonstrando controle e observância às normas aplicáveis.

6. INVESTIMENTOS

Este tópico apresenta o desempenho e a conformidade da carteira de investimentos do Fundo de Previdência Municipal de Joaquim Pires-PI referente ao exercício de 2025. A gestão dos ativos busca o equilíbrio entre a segurança, a liquidez e a rentabilidade necessária para o cumprimento dos compromissos previdenciários de longo prazo.

6.1 Diretrizes Gerais E Conformidade Legal

A gestão dos investimentos do Fundo Previdenciário do Município de Joaquim Pires-PI, no exercício de 2025, foi realizada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021, com a Política de Investimentos do RPPS e com as demais normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

A estratégia adotada manteve perfil conservador, priorizando a segurança, a liquidez e a preservação do patrimônio previdenciário, em consonância com a necessidade de cobertura das obrigações previdenciárias presentes e futuras.

6.2 Evolução Do Patrimônio E Composição Da Carteira

Ao longo do exercício de 2025, o patrimônio investido do RPPS de Joaquim Pires-PI apresentou um crescimento expressivo. O saldo total da carteira saltou de R\$ 28.163.284,67 em dezembro de 2024 para R\$ 33.813.151,58 ao final de 2025. Houve crescimento patrimonial de aproximadamente R\$ 5,6 milhões, decorrente de aportes e rentabilidade positiva.

A tabela abaixo detalha a evolução dos saldos por segmento de investimento, conforme a classificação da Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional):

Segmento / Artigo CMN	Dez/2024 (R\$)	Dez/2025 (R\$)	Variação (%)
Art. 7º, I, b – Títulos Públicos	23.976.909,69	28.256.937,14	17,85%
Art. 7º, I, c – ETF Títulos Públicos	507.616,52	0	-100%
Art. 7º, III, a – Renda Fixa Geral	3.678.758,46	5.556.214,44	51,04%
Total Carteira	28.163.284,67	33.813.151,58	20,05%

Nota explicativa: A carteira é composta majoritariamente por ativos de Renda Fixa vinculados a Títulos Públicos Federais, o que reflete uma estratégia de investimento conservadora e focada na preservação do capital.

6.3 Rentabilidade Dos Investimentos

A rentabilidade acumulada do portfólio de ativos no ano de 2025 foi de 12,60%. Este resultado demonstra a eficiência da alocação dos recursos frente ao cenário econômico do período. A carteira de investimentos apresentou rentabilidade positiva em todos os meses, demonstrando desempenho consistente ao longo do período.

Rentabilidade por Segmento

Segmento	Rentabilidade no Ano
Art. 7º, I, b – Títulos Públicos	17,85%
Art. 7º, III, a – Renda Fixa Geral	51,04%

A carteira apresentou desempenho positivo em todos os meses do exercício, com rentabilidade mensal variando entre 0,82% e 1,42%.

Os investimentos em Renda Fixa, que compõem a totalidade da carteira, foram os responsáveis pelo excelente desempenho, impulsionados pela manutenção da taxa de juros em patamares elevados e pela valorização dos títulos públicos indexados a índices de inflação e taxas de mercado (como o IRF-M1 e IMA-B5).

6.4 Desempenho Frente À Meta Atuarial

A Meta Atuarial é o objetivo mínimo de rentabilidade que o fundo deve alcançar para garantir o pagamento futuro das aposentadorias e pensões. Geralmente, essa meta é composta pela variação da inflação (IPCA) acrescida de uma taxa de juros (neste caso, de 4,93% + IPCA, conforme a Política de Investimentos para 2025).

Indicador	Resultado 2025 (%)
IPCA (Inflação Oficial)	4,62%
Taxa de Juros Atuarial (Estimada)	4,93%
Meta Atuarial Acumulada (IPCA + 5,13%)	9,55%
Rentabilidade do RPPS Joaquim Pires	12,60%
Resultado	Atendida*

A rentabilidade da carteira superou a meta atuarial em 3,05 pontos percentuais, demonstrando que a política de investimentos adotada no exercício foi suficiente para preservar o poder de compra dos recursos e gerar ganho real acima do índice atuarial estabelecido.

O desempenho reforça a contribuição positiva dos investimentos para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS no exercício de 2025.

6.5 Enquadramento Dos Investimentos Por Categoria

A gestão dos recursos seguiu rigorosamente os limites de aplicação estabelecidos pela legislação federal vigente (Resolução CMN nº 4.963/2021 e atualizações). O quadro abaixo demonstra o enquadramento da carteira:

Categoria de Investimento	Valor Aplicado (R\$)	Alocação Atual (%)	Limite Legal (Máx.)	Situação
Títulos do Tesouro Nacional (Art. 7º, I, b)	28.256.937,14	83,57%	Até 100%	Enquadrado
Fundos de Renda Fixa (Art. 7º, III, a)	5.556.214,44	16,43%	Até 60%	Enquadrado
Total Renda Fixa	33.813.151,58	100%	—	Regular

A carteira manteve integral observância aos limites da Resolução CMN nº 4.963/2021, evidenciando gestão prudente, conservadora e compatível com o porte do RPPS.

6.6 Transparência Das Informações De Investimentos

As informações detalhadas relativas à carteira de investimentos do RPPS, incluindo composição da carteira, movimentações, enquadramento e rentabilidade das aplicações, encontram-se registradas e disponíveis para consulta pública por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV, nos módulos DAIR – Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos e DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, conforme exigências da Secretaria de Previdência.

Esses demonstrativos são encaminhados periodicamente ao Ministério da Previdência Social, assegurando transparência, rastreabilidade das informações e conformidade com as normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

7. COMPREV

O Município de JOAQUIM PIRES possui Termo de Adesão ao sistema COMPREV e Contrato com a Dataprev, objetivando a operacionalização da Compensação Previdenciária nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões, visando atender à Lei Federal nº 9.796, de 05.05.1999.

Em suma, o COMPREV é um sistema que divide o ônus do pagamento do benefício entre cada um dos regimes previdenciários, conforme o tempo de filiação considerada na concessão e é essencial para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio.

O RPPS do Município de JOAQUIM PIRES possui até a presente data o total 17 (dezessete) requerimentos aprovados recebendo a devida proporção de compensação, aguarda aprovação de 08 (oito) requerimentos, 01 (um) com a compensação finalizada (óbito do segurado). O Joaquim Pires – PREV deve compensação à 02 aposentados pelo INSS e esse valor é debitado mensalmente do valor que recebe do INSS.

No ano de 2025 o JOAQUIM PIRES - PREV recebeu a quantia de R\$ 204.327,39 (duzentos e quatro mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos) a título de compensação previdenciária, conforme discriminado na tabela abaixo:

VALORES RECEBIDOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM 2025
--

JOAQUIM PIRES-PI

Mês de recebimento	Competência COMPREV	Valor à receber do INSS (RECEITA)	Valor à pagar ao INSS (DESPESA)	Valor recebido em conta
jan/25	nov/24	R\$ 14.984,50	R\$ 543,23	R\$ 14.441,27
fev/25	dez/24	R\$ 14.984,50	R\$ 543,23	R\$ 14.441,27
mar/25	jan/25	R\$ 15.699,21	R\$ 569,13	R\$ 15.130,08
abr/25	fev/25	R\$ 59.480,60	R\$ 569,13	R\$ 58.911,47
mai/25	mar/25	R\$ 17.469,68	R\$ 569,13	R\$ 16.900,55
jun/25	abr/25	R\$ 17.469,68	R\$ 569,13	R\$ 16.900,55
jul/25	mai/25	R\$ 17.469,68	R\$ 569,13	R\$ 16.900,55
ago/25	jun/25	R\$ 17.469,68	R\$ 569,13	R\$ 16.900,55
set/25	jul/25	R\$ 17.469,68	R\$ 569,13	R\$ 16.900,55
out/25	ago/25	R\$ 17.469,68	R\$ 569,13	R\$ 16.900,55
nov/25	set/25	R\$ 17.469,68	R\$ 569,13	R\$ 16.900,55
dez/25	out/25	R\$ 34.939,36	R\$ 1.138,26	R\$ 33.801,10
Total COMPREV 2025		R\$ 262.375,93	R\$ 7.346,89	R\$ 204.327,39

8. REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é um documento que atesta a regularidade do regime de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos de um Estado ou Município. Para obtê-lo é preciso preencher os critérios exigidos pelo Ministério da Previdência, através da Secretaria de Previdência (ME/SPrev), como: Demonstrativo das Receitas e Despesas; Avaliação Atuarial; Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações dos recursos; Comprovantes de Repasses dos valores das contribuições sociais (servidor e patronal), entre outros.

Assim, o não cumprimento desses critérios, além de suspender o CRP, penaliza o município com as seguintes sanções: suspensão das transferências voluntárias; suspensão de empréstimos e financiamento; suspensão de compensação previdenciária, etc. O município de Joaquim Pires está com o CRP ativo até 22/07/2026.

9. CERTIFICAÇÃO DA GOVERNANÇA

Abaixo a descrição dos tipos de certificação necessárias para cada parte da governança e o status atualizado até dezembro de 2025.

GESTOR / ASSISTENTE	CERTIFICAÇÃO GESTÃO DE RECURSOS GESTOR DE RPPS / VALIDADE	CERTIFICAÇÃO DIRIGENTE DO ORGÃO OU ENTIDADE RPPS – VALIDADE	STATUS	CERTIFICA DO NO CADPREV
EURIVALDO SALES LEAL	SIM / 22/04/2028	SIM/ 22/04/2028	REGULAR	SIM
ALDA MARIA GOMES DE SOUSA	NÃO	SIM/ 05/05/2029	REGULAR	SIM

COMITE DE INVESTIMENTO	CERTIFICAÇÃO GESTÃO DE RECURSOS / GESTOR DE RPPS / VALIDADE	CERTIFICAÇÃO DIRIGENTE DO ORGÃO OU ENTIDADE RPPS – VALIDADE	STATUS	CERTIFICADO NO CADPREV
EURIVALDO SALES LEAL	SIM/ 15/12/2027	SIM / 05/04/2028	REGULAR	SIM
REGIS MACHADO CASTELO BRANCO	SIM/ 08/03/2027	NÃO	REGULAR	SIM
JUCYANNE DE ALBUQUIERQUE FORTES	NÃO	NÃO	IRREGULAR	NÃO

CONSELHO DO RPPS	CERTIFICAÇÃO MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO – RPPS	STATUS	CERTIFICADO NO CADPREV

IRONETE OLIVEIRA FERREIRA	NÃO	IRREGULAR	NÃO
MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS GOMES	NÃO	IRREGULAR	NÃO
JUCYANNE DE ALBUQUERQUE FORTES	SIM / 02/03/2027	REGULAR	SIM
ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA COSTA	SIM / 02/03/2027	REGULAR	SIM
IRANILDO PIRES SAMPAIO VALE	SIM / 02/03/2027	SIM	SIM
GERSON DE OLIVEIRA NASCIMENTO	NÃO	IRREGULAR	NÃO

CONSELHO FISCAL	CERTIFICACAO MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	STATUS	CERTIFICADO NO CADPREV
RENATA MENEZES DE OLIVEIRA	SIM / 02/03/2027	REGULAR	SIM
JOAO CARVALHO SILVA	SIM / 02/03/2027	REGULAR	SIM
SUELANIA LOPES DA SILVA	NÃO	IRREGULAR	NÃO
ROMERO RODRIGUES VASCONCELOS	SIM / 02/03/2027	REGULAR	SIM

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo presente Relatório de Atividades do exercício 2025 o Fundo de Previdência, buscou relatar, em uma breve síntese, as principais atividades que foram realizadas pela governança do Fundo de Previdência Municipal.

A Unidade Gestora do RPPS municipal, vem buscando adotar as melhores práticas de gestão, organização de processos previdenciários, qualificação de seus gestores, bem como o fortalecimento da imagem institucional, permitindo maior estabilidade na consolidação de avanços.

Ademais, além das informações disponibilizadas neste relatório, os gestores do Poder Executivo e Legislativo, bem como os segurados poderão obter mais informações pertinentes a gestão junto Unidade Gestora.

Atenciosamente,

EURIVALDO SALES LEAL

Gerente de Previdência Municipal

ALDA MARIA GOMES DE SOUSA

Assistente de Previdência Municipal

APÊNDICES

ANEXO 01 – FICHA FUNCIONAL DIRIGENTES..... 31

ANEXO 02 – BALANÇO PATRIMONIAL..... 32

ANEXO 03 – BALANÇO FINANCEIRO..... 35

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/visualizarCrp2.xhtml?id=250933>

EXTRATO CADPREV

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/extrato/extratoExterno.xhtml?cnpj=06554208000139>

ANEXO 01 – FICHA FUNCIONAL DIRIGENTES

Joaquim Pires/PI

CPF	NOME	E-MAIL FUNCIONAL	CARGO	PERÍODO
882.531.553-87	Eurivaldo Sales Leal	eurivaldoleal@gmail.com	Diretor Gerente do JOAQUIM PIRES - PREV	12/01/2017 a 31/12/2025
841.531.563-53	Alda Maria Gomes de Sousa	aldagomes11@hotmail.com	Assistente do JOAQUIM PIRES - PREV	13/01/2025 a 31/12/2025

ANEXO 02 - BALANÇO PATRIMONIAL

FUNDO PREVIDENCIARIO DE JOAQUIM PIRES

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 7 - FUNDO PREVIDENCIARIO DE JOAQUIM PIRES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		33.871.408,80	28.334.748,99	PASSIVO CIRCULANTE		39.430,41	12.323,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		55.534,67	168.119,54	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		897,86	1.795,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		55.534,67	168.119,54	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		897,86	1.795,72
CONTA ÚNICA RPPS	F	55.534,67	0,00	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO EXERCICIO	F	897,86	1.795,72
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	0,00	168.119,54	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		38.532,55	10.527,74
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		2.722,54	2.722,54	VALORES RESTITUÍVEIS		38.532,55	10.527,74
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		2.722,54	2.722,54	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	3.591,05	3.591,05
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	2.722,54	2.722,54	CONSIGNAÇÕES	F	34.941,50	6.936,69
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		33.813.151,59	28.163.906,91	PASSIVO NAO-CIRCULANTE		158.547.758,87	151.865.186,67
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS		33.813.151,59	28.163.906,91	PROVISÕES A LONGO PRAZO		158.547.758,87	151.865.186,67
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	F	33.813.151,59	28.163.906,91	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		111.314.484,21	102.365.201,59
ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.553,00	0,00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P	38.047.118,08	29.607.769,39
IMOBILIZADO		13.553,00	0,00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	73.267.366,13	72.757.432,20
BENS MOVEIS		13.553,00	0,00	OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO		47.233.274,66	49.499.985,08
BENS DE INFORMÁTICA	P	11.774,00	0,00	VALOR ATUAL DA OBRIGAÇÃO COM AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - IN	P	47.233.274,66	49.499.985,08
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	1.779,00	0,00	TOTAL PASSIVO		158.587.189,28	151.877.510,13
TOTAL		33.884.961,80	28.334.748,99	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-124.702.227,48	-123.542.761,14
				RESULTADOS ACUMULADOS		-124.702.227,48	-123.542.761,14
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-124.702.227,48	-123.542.761,14
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-1.159.466,34	-118.039.419,28
				SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		-123.542.761,14	-5.503.341,87
				AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		0,00	0,01
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-124.702.227,48	-123.542.761,14
				TOTAL		33.884.961,80	28.334.748,99

FUNDO PREVIDENCIARIO DE JOAQUIM PIRES

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 2

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		33.871.408,80	28.334.748,99	PASSIVO FINANCEIRO (39.430,41)+RP não Proc.(0,00)		39.430,41	12.323,46
ATIVO PERMANENTE		13.553,00	0,00	PASSIVO PERMANENTE		158.547.758,87	151.865.186,67
				SALDO PATRIMONIAL		-124.702.227,48	-123.542.761,14

EURIVALDO SALES LEAL

GERENTE

882.531.553-87

SAMANTA BORGES FEITOSA SALVATORE

CONTADORA

813.348.423-53

FUNDO PREVIDENCIARIO DE JOAQUIM PIRES

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 3

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				ATOS POTENCIAIS PASSIVO		3.432,69	3.432,69
				OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		3.432,69	3.432,69
				TOTAL		3.432,69	3.432,69

EURIVALDO SALES LEAL

GERENTE

882.531.553-87

SAMANTA BORGES FEITOSA SALVATORE

CONTADORA

813.348.423-53

ANEXO 03 - BALANÇO FINANCEIRO

FUNDO PREVIDENCIARIO DE JOAQUIM PIRES ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 1

ISOLADO: 7 - FUNDO PREVIDENCIARIO DE JOAQUIM PIRES

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		9.195.464,14	7.735.191,16	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		3.685.911,28	2.602.697,68
<u>RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</u>		<u>9.156.904,14</u>	<u>6.803.131,67</u>	<u>RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</u>		<u>3.276.969,29</u>	<u>2.277.088,91</u>
RPPS - DÉFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPIT		1.846.571,47	1.940.822,90	NÃO SE APLICA		3.276.969,29	2.277.088,91
NÃO SE APLICA		7.310.332,67	4.862.308,77	<u>RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</u>		<u>408.941,99</u>	<u>325.608,77</u>
<u>RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</u>		<u>38.560,00</u>	<u>932.059,49</u>	NÃO SE APLICA		408.941,99	325.608,77
NÃO SE APLICA		38.560,00	932.059,49	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		520.714,79	344.234,77
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		547.821,74	348.548,83	<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>897,86</u>	<u>0,00</u>
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>0,00</u>	<u>1.795,72</u>	RP PROCESSADOS PAGOS		897,86	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	1.795,72	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>519.816,93</u>	<u>344.234,77</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>547.821,74</u>	<u>346.753,11</u>	OUTRAS CONSIGNAÇÕES		519.816,93	344.234,77
OUTRAS CONSIGNAÇÕES		547.821,74	346.753,11	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		33.868.686,26	28.332.026,45
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		28.332.026,45	23.195.218,91	<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)</u>		<u>0,00</u>	<u>168.119,54</u>
<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)</u>		<u>168.119,54</u>	<u>1.443,42</u>	<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (RPPS)</u>		<u>33.868.686,26</u>	<u>28.163.906,91</u>
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		168.119,54	0,00	CONTA ÚNICA RPPS		55.534,67	0,00
<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (RPPS)</u>		<u>28.163.906,91</u>	<u>23.193.775,49</u>	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		33.813.151,59	28.163.906,91
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		28.163.906,91	23.193.775,49	TOTAL		38.075.312,33	31.278.958,90
TOTAL		38.075.312,33	31.278.958,90				

EURIVALDO SALES LEAL
GERENTE
882.531.553-87

SAMANTA BORGES FEITOSA SALVATORE
CONTADORA
813.348.423-53